

UNIVERSALIZAÇÃO DE CONCEITOS LINGUÍSTICOS COMO ETAPA DA
CONSOLIDAÇÃO DA CIÊNCIA – CONTRIBUIÇÃO DOS
FILÓLOGOS PORTUGUESES

UNIVERSALIZING LINGUISTIC CONCEPTS AS A STAGE
TO SCIENCE CONSOLIDATION – THE CONTRIBUTION OF THE
PORTUGUESE PHILOLOGISTS

Marina A. Kossarik

Universidade Estatal Lomonosov de Moscou

olissipo@yandex.ru

RESUMO:

Para a consolidação da linguística como ciência madura foi necessária, além da compreensão de fundamentos universais de todas as línguas, formação das ideias da gramática universal (esta temática tem atraído a atenção de historiógrafos), o entendimento do caráter universal de propriedades da língua. A análise dos monumentos filológicos portugueses dos sécs. XVI e XVII possibilita estudar o mecanismo da universalização dos conceitos de apologia da língua materna, de norma, história, linguodidática, elaborados primeiro com base de uma língua concreta e logo aplicados a outras línguas, à língua em geral, a LÍNGUA.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia linguística, história da gramática, norma, linguodidática, apologia.

ABSTRACT:

Linguistic historiography pays much attention to the emergence and development of universal grammar concepts. However, grammar is not the only field where we can see universalist approach in action: the idea that all languages have a certain range of functions, have examples of good and bad usage and undergo transformations in the course of time, marks a crucial point in the development of linguistic thought. Early Modern Times (XVI-XVII cc. in particular) were undoubtedly an important stage in this perspective, and Portuguese linguistic writings of the period show universalist attitude both to language structures – at all levels – and to patterns of language functioning in society and across time.

KEYWORDS: history of linguistics, history of grammar, language norm, language teaching, defense of modern languages.

Introdução

É difícil sobrevalorizar o significado dos monumentos filológicos portugueses anteriores a Port Royal para a consolidação da linguística como ciência madura e independente com a sua própria área do estudo. Neste período 1. constitui-se a noção da língua como um específico objecto de estudo, diferente dos outros domínios do saber humano; 2. amplia-se a área de estudo: aumenta o número de línguas descritas, descrevem-se vários aspetos da língua e todos os níveis do sistema linguístico; 3. surge uma nova problemática, refletindo atenção ao funcionamento da língua a) na sociedade (questões de apologia, de norma, de comunicação); b) no espaço (correlação da norma e de dialectos, a língua fora do território nacional); c) no tempo (questões de história); 4. os princípios da descrição de toda a variedade de línguas com base de um modelo único, do qual serve o cânone gramatical clássico; 5. diversificam-se géneros e princípios de descrição linguística: a) criam-se gramáticas, dicionários, diálogos, tratados ortográficos, cartinhas; b) surgem umas sérias modificações no cânone gramatical, antigamente unificado, o que leva à sua multiplicação, como resultado esboçam-se vários tipos de gramáticas – universais, particulares, descritivas, prescritivas, comparadas, históricas, escolares. Deste modo nos sécs. XVI e XVII formam-se conceitos e princípios da descrição linguística importantes para a história ulterior da linguística. Realiza-se a estruturação do saber linguístico que dá o início à formação de várias disciplinas.

Na tradição portuguesa formaram-se umas concepções e atitudes à língua, importantíssimas para a nossa ciência, inclusive a concepção da gramática universal, que se cristalizou na obra de Amaro de Roboredo, em primeiro lugar, no seu *Methodo grammatical para todas as línguas*, que antecipou mais de 40 anos a gramática de Port Royal (ASSUNÇÃO, FERNANDES, 2007; KOSSÁRIK, 2002; LEITE, 2011; SCHÄFER-PRIEB, 2000). A historiografia linguística tem prestado muita atenção à formação das ideias de gramática universal, porém não só a ideia do carácter universal do sistema linguístico deve chamar a atenção do investigador, pelo que neste artigo não tocamos especialmente as questões da descrição de sistemas gramaticais de várias línguas ou a problemática da língua universal (analisámos estes temas em KOSSARIK, 1990, 1997, 2001, 2002¹, 2002², 2003, além das investigações publicadas na Rússia). Ao nosso ver, há mais um aspeto signficante para a linguística geral que ainda não chamou bastante atenção de historiógrafos, parece não menos importante a universalização de noções linguísticas – apologia, norma, história, linguodi-

dática, entre outras –, são estes temas a que vamos atender¹. A universalização de conceitos foi uma condição indispensável para a consolidação da linguística como ciência, e na tradição portuguesa da época não só se formam, com base de idiomas concretos as mais importantes concepções e atitudes à língua, mas se consolida o entendimento de que são aplicáveis a todas as línguas, à língua em geral, a LÍNGUA.

A passagem da linguística medieval à renascentista resultou, antes de mais nada, do enfrentamento à diversidade de idiomas em consequência das mudanças na situação sociocultural. A descrição do latim completa-se com a descrição do vernáculo (Oliveira, Barros), de outras línguas da Escrita (em Portugal, de judaico – Távora), e, finalmente, o que foi característico dos países ibéricos, de línguas dos territórios descobertos, do Brasil (Anchieta, Figueira) e da Índia (Estêvão). A aplicação do cânone antigo ao crescente número de idiomas, junto com a conservação da ideia da gramática universal, que na Península se conservava do Medievo, a criação de dicionários bilingües e plurilingües, bem como de gramáticas com certos elementos da gramática comparada (Resende, Álvares, B. Pereira) e depois de gramáticas que apresentavam duas línguas simultaneamente (Roboredo, F. Pereira) levava à consolidação da atitude universalista à língua, à tipologia linguística. No Renascimento são tocadas questões atuais para a língua viva, ligadas com o seu funcionamento. Os temas de status, da codificação são importantíssimos para o vernáculo. Na tradição portuguesa da época constituem-se as concepções de apologia da língua materna, de norma (engendrando-se a consciência da correlação de norma e sistema, de língua e fala), esboça-se a atitude histórica à língua, é criada a concepção linguodidática. Resolvendo as questões indicadas no âmbito de línguas concretas, os autores portugueses da época pre-Port Royaliana, no entanto, muitas vezes apresentam estes conceitos como universais, aplicáveis a várias línguas.

1. Universalização das ideias de apologia

Historiografiógrafos na maioria dos casos aludem a problemática da apologia para analisar as posições de um certo autor na defesa de uma concreta língua materna². Nós vamos tratar este problema com o objetivo de compreender como

¹ Não visando analisar, pelas razões do espaço, todos os aspetos dos temas indicados, salientaremos as características que mais claramente refletem a universalização das concepções indicadas.

² Marquemos os traços principais da “defesa e ilustração” na filologia portuguesa dos séc. XVI. A apologia do vernáculo, um dos temas centrais da linguística da época, resultava das transformações radicais do paradigma sociocultural da época (destruição da visão medieval

se realizava a universalização da apologia e o significado deste processo nas mudanças da atitude a vários aspetos da língua. A apologia do vernáculo não só desempenhou um importante papel na sua própria história, mas também na história do pensamento linguístico e foi fonte de muitas inovações na época precedente a Port Royal. A corrente da “defesa e ilustração”, que atendia imenso às condições de funcionamento da língua na sociedade, pode considerar-se uma das primeiras manifestações da problemática sociolinguística na história da nossa ciência. A tarefa de codificação da língua nacional, também ligada à apologia, deu o impulso ao desenvolvimento das ideias de norma, enquanto a descrição de vários níveis do sistema linguístico no decurso da codificação fomentou o estudo mais profundo das questões de fonética, gramática, lexicologia. A comparação do vernáculo com o latim, provocada pela apologia, levava à descrição comparada de línguas, à engendração de tipologia, enquanto a demonstração do parentesco genético dos vernáculos com o latim e entre si preparava a formação da visão histórica da língua. A necessidade de ensinar a gramática da língua materna e, com a base desta, do latim estimulava melhorar métodos de ensino de língua. Deste modo a “defesa e ilustração” da língua materna instigou o desenvolvimento do pensar linguístico, o esboço de novos enfoques à língua e novos princípios de sua descrição, incitou a formação de novos ramos da linguística da Idade Moderna.

Uma notável consequência de apologia da língua materna foi a passagem de louvor das características de uma língua à aceitação de peculiaridades de todas as línguas, ao reconhecimento de caráter universal das especificidades linguísticas. A universalização das ideias de apologia do vernáculo manifestou-se claramente na descrição deste com a base do cânone gramatical antigo para

do mundo, consolidação de estados nacionais, mudanças na situação sociolinguística, fortalecimento da atenção a várias línguas particulares). Em Portugal ela constava na revelação do papel que o vernáculo desempenhava na história do povo, no estado nacional e nos territórios descobertos, bem como no enriquecimento do vernáculo e na consolidação do seu paradigma funcional. Os filólogos valorizavam a semelhança do português com o latim como a prova de “gramaticalidade” (à exceção de Oliveira e Roboredo), caráter sistêmico da língua materna e construíam a hierarquia de línguas e dialetos partindo desta semelhança. Todos os autores, excluindo Oliveira e Roboredo, estimulavam o estudo da gramática portuguesa como ajuda no domínio do latim. As obras linguísticas portuguesas demonstram etapas da substituição do latim como metalingua da descrição gramatical e a fixação do vernáculo nesta função, inclusive nas descrições da própria língua latina, primeiro para ilustrar com as formas portuguesas significados dos tempos e modos do verbo latino (Resende, Álvares), logo aparecem gramáticas do latim completamente escritas no vernáculo (Roboredo, F. Pereira); as gramáticas missionárias também se escrevem em português.

comprovar a proximidade da língua materna à latina. Este propósito que parecia tocar exclusivamente a concreta língua nacional, conduzia a radicais transformações e a consequências importantes para a história posterior da linguística: diferenciação das categorias gramaticais (morfológicas) e universais (lógico-semânticas), bem como ao esboço de dois tipos de gramáticas, particulares e universais. O respeito rigoroso do cânone previa a descrição das categorias nominais (caso) e verbais (voz, tempo, modo) como morfológicas até nas ocasiões de falta de meios correspondentes na língua descrita. Isso causava a compreensão destes significados como categorias universais, levando à descrição dirigida do significado à forma (por exemplo, a apresentação de paradigmas de declinações, onde os significados de casos se expressavam com preposições), enquanto a descrição no sentido contrário, da forma ao significado, suscitava alterações do cânone (a recusa de apresentar paradigmas de declinações) e a engendração da ideia de categorias morfológicas.

Já no início da tradição portuguesa achamos os dois tipos gramaticais tracejados – as obras de Oliveira e Barros. É característica a interpretação do caso pelos autores: Oliveira, aproximando-se à compreensão da categoria morfológica, recusa a existência do caso em português. Barros, pelo contrário, reconhece o caso, aproximando-se a seu entendimento como categoria universal lógico-semântica.

Diz Marco Varrão que nenhũa outra lingua tem declinação de casos senão a grega e latina, e esses casos mostram antrelles o estado das cousas o qual e diverso segundo os diversos ofícios dessas cousas; porq̃ hum estado tem este nome homẽ quãdo faz, dizendo o homẽ senhoreya o mundo. E outro estado muy diverso do premeiro tem quando padeçe, dizendo deos castiga o homẽ; e para estas diversidades e outras muitas de estados ou offícios q̃ tem as cousas tem tambem os nomes antre os latinos e gregos, diversidade d’letras dividindo cada estado da cousa com sua diferença de letras no cabo do nome assi como nos dissemos que fazia a nossa lingua nos generos e numeros e posto q̃ este seja hũ grande primor e perfeição dessas linguas declarar na voz as meudezas das cousas cõ a diversidade da letra ou voz que dissemos, todavia a nossa lingua nem por isso ficou sem outro tam bo conçoerto e de menos trabalho. Este he o ajuntamento dos artigos os quaes juntos com os nomes declaram nelles tudo o que os casos Latinos e antros gregos os casos e os artigos juntamente (OI, xlvi, Eij v–Eiv). Os Latinos tem cinco declinações, os Gregos tẽ outras cinco simples <...> os Hebreos tem duas, hũa dos nomes masculinos, e outra dos femininos. A nõssa linguágem declinasse em outras

duas, a hũa podemos chamar vogal, <...> e a outra consoante <...>. Declinaçãm açerca da nõssa linguágem quer dizer variaçãm, por que quando variamos o nome de hũ cáso ao outro em o seu artigo, ãtã ô declinamos, como se póde ver nestas duas declinações [*Logo vêm paradigmas*] (Bar, 12–13).

A tendência de apresentar categorias como universais abarca também as descrições do latim: Resende, na obra dedicada ao verbo latino, partindo dos critérios semântico e sintático, difere permissivo, optativo, potencial e subjuntivo.

Modos <...> Ipsa tamen loquēdi necessitas cogit nos septe facere, Indicativum, Imperativum, Permissivum, Optativum, Potentialem, Subiuntivum, & Infinitivum (Res, Aiiij). Permissivum, etiam Concessivum nominant. Similis is fere Imperativo est, temporibus, voce, & significatione, nisi quod primam in singulari personam admittit, qua Imperativus, uti prædictum est, privatur. Eo tunc utimur, quum nos súsq̄; dêq̄; laturos, si quidpiam fiat, ostendere volentes, quasi imperamus (Res, Dijv). Optativus & Imperativus modus, utruq̄; enim unius Optativi nomine permiscemus, tempus præsens proprie non habent. Nam nihil præsentis temporis ratione optatur, sed futuri. Ergo præteritum vero, animi adfectus quidam est, quo id quod contigit aliter, nos aliter contigisse malle significamus. Improperie tamen præsens vocamus in hoc modo, quum aliquid iam iam fieri optamus, futurum vero, quum deinceps. Eadem propterea vox est, & præsentis, & futuri. Huic modo particulas optandi, & imprecandi, utinam, o, o utinam, o si, sic, aut, ut, & simile, nonnunquam præfigimus, nõnunquam vero admitimus (Res, Div v-E). De potenciali modo hoc, multa erudite Linacer disputavit, ut illud videlicet, licere per hunc unica voce enunciare, id quod per Indicativum, vel Potentialem, verbi possum, vel verbi, Debeo, & infinitivum verbi quivis usus indicat, longuiscula oratione deceretur. ut facere, poteram, vel debebam facere. Aliquando tamen verbum voluntatis desiderat (Res, Eiiijv).

A expansão do princípio de aplicar o cânone gramatical a toda a variedade de línguas, que em muitos casos drasticamente diferem do latim, instiga enormemente o desenvolvimento das ideias da gramática universal e da tipologia linguística. As gramáticas de línguas “exóticas” só podiam criar-se sob a condição de perceberem os autores meios de exprimir nestas línguas os significados gramaticais do cânone, entendidos universais. Anchieta, ao declarar que “os nomes não tem casos nẽ numeros distinctos <...>, q̄ <...> nada mudao, ut abã,

em todos os casos” (Anch, 8–8v) compreende o caso como categoria morfológica; e quando descreve construções nominais acudindo à noção de caso, concebe-o como categoria universal lógico-semântica: “O mais certo he que, quando há esta composição de genitivo possessivo, mais quer significar cousa que tem, que o proprio genitivo” (Anch, 9v). Na descrição do número vemos a mesma estratégia. Figueira expõe categorias como universais.

Os nomes não tem casos nẽ numeros” (Anch, 8). O plural se entende pello que se trata, ou tambem accrescentandolhe algũs nomes, que significão multidão, como todos, tantos, quantos, muitos, &c. E este ultimo he o usado pera isto que he cetã, & detracto c, etã, ut abã, homẽ, ou homẽs, abaetã, homẽs, óca, casa, vl casas, ocetã, casas (Anch, 8v). Os nomes nesta lingua, cõmummente, naõ tem distincão de numeros <...>; nem tambem de casos; mas a mesma voz serve em ambos os numeros, & em todos os casos; <...> os casos se conhecem por algũas preposições; ou modos de collocar os nomes entre si; ou tambem com os verbos (Fig, 2) Assi como na lingua Portuguesa em lugar de casos ajuntamos algũas preposições aos nomes. v. g. Pedro, De Pedro, A Pedro, Pera Pedro, Com Pedro, &c. Assi tambem nesta lingua qualquer nome sustantivo he governado, & varia com preposições (Fig, 3). Ablativo se distingue com a preposiçaõ cui, que significa o mesmo que De, ou ex, Ajui xe co çui, venho da minha rossa (Fig, 6). Mo) significa o mesmo que In, no latim, com accusativo: neste sentido, Ego ero illi in patrem: Ixe túbamo aicóne. <...> Bo) significa o mesmo que, Per <...>. Çocé significa o mesmo que Super, ou Supra, ou Plusquam (Fig, 65-66).

Para os gramáticos missionários o sistema latino ou português de tempos do verbo serve de modelo universal para descrever o sistema temporal e aspetual de qualquer língua. Anchieta e Figueira exibem paradigmas de Presente, Imperfeito, Pretérito, Mais-que-Perfeito do verbo tupi, que não tem diferenças formais, transmitindo os correspondentes significados temporais da única forma verbal índia com várias formas do verbo português. Assim o sistema temporal do verbo romano serve de padrão para exprimir os significados da simultaneidade ao momento no passado, anterioridade ao momento da fala ou ao momento no passado. Os significados dos tempos latinos ou romanos que se exprimem em várias línguas com meios diferentes aparecem nas gramáticas missionárias como universais. Nos comentários à conjugação os gramáticos mostram marcadores da localização temporal da ação, Anchieta nota que o emprego deles é frequente, mas facultativo. A sua descrição reflete também a existência do significado modal do marcador do imperfeito.

Indicativi Modi Praesens, Imperfectum, Perfectum et Plusquamperfectum. *ajucá, eu mato, matava, matei, havia matado, ou tinha morto. najucái, não mato, não matava, não matei, etc. erejucá, tu. nderejucí, tu (Anch, 17).* O presente do indicativo, posto que inclui em si outros tempos, com tudo mais propriamente significa o preterito perfeito. Mas *ex adjunctis* se entende, ou do modo de fallar, e *commummente* para o presente (ainda que não é sempre necesario) se lhe poem na primeira pessoa *utriusque numeri* ã, iã, niã, icô, que tudo é um, ut *açoã, açoiã, açoniã, açoicô, vou, e ás vezes se poem o mesmo ã, etc.* no futuro, ut *açoãne, irei, açoniãne. <...>* Para o preterito imperfeito se lhe soe *ajuntar biã <...>, ut açobiã, hia eu, mas... Ainda que este biã se junta com todos os outros, significando que se não cumpriu o fim para que se fazia a obra, ou algum impedimento, ut açobiã, fui eu, mas nem por isso me deram tal, açauçubiã, amo-o eu, mas nem por isso ma ama. <...>* Para o plusquamperfeito ha de ter *umoã <...>* o qual propriamente significa *jam*, e a todos os tempos serve, ut *nderúremeajucaumoã, quando vieste, jam interfeceram. E assim com elle daremos futuro perfeito in ro, ut nderúremeajucaumoãne, quando veires, jam interfecero. Item perfeito e plusquamperfeito no presente do optativo, ut ajucaumontemomã, utinam jam occiderim vel occidissem, ou com outro adverbio praeteriti temporis, ut hontem, est'outro dia, etc. Item no conjuntivo <...>. Item no segundo imperfeito <...>, finalmente em todos os tempos e participios se póde pôr umoã para fazer preterito (Anch, 21–22). Tempos. Presente. Imperf. Preterito. Plusquã perf. Ajucá. Eu mato, matava, matei, matara, ou tinha morto. <...>* Anotação 1. Pera denotarmos mais claramente, que fallamos por imperfeito, *ajuntamos muitas vezes esta particula, Aèreme, que significa, entam; Ajucaereme, entam matava eu. Anotação 2. Ao preterito perfeito tambem se ajũta muitas vezes esta particula, uman, l, umoan, que significa o mesmo que Iã: ut Ajucúman, jã matei. Ainda que esta mesma particula uman, tambem pode servir noutros modos de fallar; como no Imperativo; ut Tiajucá uman, matemos já, ou no presente, Ajur uman, ja venho, ou ja vou. Anotação 3. E pera denotarmos mais claramente o Plusquam perfeito, podemos *ajuntar ambas as sobreditas particulas, uman, aereme: ut Ajucaumán aereme, ja eu entãõ tinha morto (Fig, 7–8).**

A exposição de caso na gramática hebraica de Távora também comprova o processo da formação da ideia de categorias universais: sublinhando a falta na língua descrita da flexão, o autor escreve que o significado de caso fica claro do contexto ou se exprime pela construção de nome e preposição.

De casu & declinatione. Indeclinabilia sunt omnia hebræorum nomina <...> casus autem cognoscūtur partī ex orationis cōtextu, ut <...> sepherabiliter patris mei patrim vero per articulos, aut præpositiones additas (Tav, Bvii v–Bviii).

A doutrina linguística seiscentista já testemunha a existência da concepção bem formada dos dois tipos de categorias. Se Oliveira ou Barros aceitava só uma noção do caso, morfológica ou universal, para Roboredo a existência dos dois entendimentos já é um fato evidente e indiscutível. É esta concepção, completamente formada, de categoria universal que possibilita demonstrar paralelamente paradigmas latinos e portugueses, revelando as diferenças nos meios de exprimir o sistema universal de significados gramaticais.

Cada Numero tem seis casos, que as ultimas vogaes fazem diversos, ou semelhantes, segundo a propriedade da lingua (M., 2). Quando a Preposição, De, rege Genitivo não lhe respõde a Latina cõ a letra algũa (M., 48). Esta Preposição, Pera, rege Dativo, antepondose a pessoas <...>. & então não lhe responde a Latina com letra algũa, & fica o seu Dativo de aquisição (M., 49).

<...> declinações Portuguesas

Nominativo	Alt-o	<...>	Quem
Genitivo de	Alt-o	<...>	De quem
Dativo a	Alt-o	<...>	A quem, pera quem
Accusativo	Alt-o	<...>	Quem padece
Vocativo	Alt-o	<...>	Quem he chamado
Ablativo	Alt-o	<...>	Sem que. Com que. <...>

<...> Declinações Latinasas

Nominativo	Alt-us	<...>	Quem
Genitivo de	Alt-i	<...>	De quem
Dativo a	Alt-o	<...>	A quem; Pera quem
Accusativo	Alt-um	<...>	Quem padece
Vocativo	Alt-e	<...>	Quem se chama
Ablativo	Alt-o	<...>	Sem q̃. Com q̃. (M., 2-3)

Como vemos, a orientação ao cânone clássico, primeiro por razões de apologia, descrevendo o vernáculo, quando aplicada a toda a variedade de línguas, causa: 1. elaboração do princípio da descrição comparada, incentivando a tipologia linguística; 2. consolidação das ideias da gramática universal racional que é proclamada como tal no *Methodo grammatical de todas as línguas* de Amaro de Roboredo.

Inquiri as regras pela natureza dos significados, ainda nas línguas que não sei (M., b4). Foramos certamente collegindo per esta ordem a differença & conveniencia natural das línguas. <...> Porque acho grande confusão nas artes, ou Syntaxes, que teem misturado, o que he particular de hũa língua, com o que he commum a muitas, ou a todas (M., bv-b2). Pretêdia ã fosse este Methodo universal <...>. Ordenei poucos preceitos <...>. E muitos delles são universaes (M., b4). Aa imitação delle se pode ordenar outro semelhante em qualquer língua, que se aprender (M., c).

O engendro de dois princípios da descrição gramatical (da forma para o significado, do significado para a forma) motiva a formação de dois tipos de gramáticas – particulares e universais – que desempenharam papéis diferentes na constituição de vários conceitos linguísticos, introduzindo diversas inovações na descrição linguística. Nas gramáticas que se aproximam a universais (Barros, Távora, Roboredo, F. Pereira) reparamos a tendência de mostrar de modo mais completo todo o sistema de categorias gramaticais; é característica destas gramáticas a nítida apresentação de paradigmas, a descrição se concentra predominantemente em formas regulares, modelos típicos de flexão e derivação, estas gramáticas não expõem grande número de isenções de regras, presta-se atenção à problemática de oração. As gramáticas orientadas às particularidades de uma língua concreta (Oliveira, Clenardo) prestam menos atenção a paradigmas, descrevem detalhadamente a fonética, especificidades da formação e o do uso de formas, exemplificam muitas isenções. O aparecimento de gramáticas de diversos tipos do mesmo idioma, de um lado, e gramáticas de diversas línguas do mesmo tipo, do outro lado, comprova sensíveis modificações do cânone gramatical comprova à consolidação de dois tipos de gramáticas, particulares e universais. Esta bifurcação, muito relevante para a história da linguística, procede da universalização da prática de aplicar o cânone antigo a múltiplas línguas de sistemas mais variados. O próprio cânone, primeiro gerado para descrever uma só língua, grega, logo estendido à latina, depois ao crescente número de línguas, foi concebido, no fim das contas, como o sistema de universais significados gramaticais. Vê-se o mecanismo da remodelação do cânone clássico, que evolui do inicial sistema gramatical de um idioma concreto ao sistema de categorias universais, padrão universal de línguas, paradigma de princípios da organização de língua em geral. Para a linguística dos sécs. XVI e XVII – época quando começa a descrição de línguas mais variadas – o cânone (conjunto ordenado de classes gramaticais de palavras e de categorias delas) serviu de instrumento para consolidar ideias de princípios gerais da organização

de todas as línguas, da gramática universal. E é a apologia de vernáculos – a universalização da ideia de usar a gramática latina como modelo de descrever e polir a língua materna – que dá impulso a profundas modificações do pensamento linguístico.

A universalização da apologia dá outro ímpeto inovador – à recusa da visão hierárquica de línguas. Na tradição medieval o latim se compreendia como a máxima aproximação à ideal língua transcendente (COXITO, 1981, 352), ficando no topo da hierarquia de línguas reais. Entre os fatores que fomentavam a renúncia da visão hierárquica mencionemos a apologia (vigorando a ideia da proximidade do vernáculo ao latim, ela levava ao entendimento das características da língua materna como peculiaridades inerentes não sujeitas à reprovação, igualando assim o latim e o vernáculo) e o desenvolvimento das ideias da língua universal (o reconhecimento da base única, racional, de todas as línguas, inclusive a latina, destruía o entendimento de sua posição extraordinária).

A posição de Oliveira testemunha o início da rejeição da tradicional visão hierárquica: o autor da primeira gramática portuguesa não toca a questão de supremacia de alguma língua. Barros, pelo contrário, insiste na superioridade de português sobre outros vernáculos, mas na sua obra a hierarquia já difere da medieval: como alguns filólogos renascentistas, Barros coloca três línguas da Escritura no cume da pirâmide.

E ainda se pôde crer, que estas vózes com antiguidade ia devem ser corrompidas: como vemos em muitos vocábulos gregos, hebráicos, e latinos, que foram as tres linguágões a que podemos chamar princesas do mundo, porque esta autoridade lhe deu o titulo da cruz, onde foram póstas (Bar, 53v).

Roboredo totalmente rejeita a ideia de supremacia de uma língua concreta: em vez de louvar português (Cp. o título do diálogo de Barros) o autor do *Methodo grammatical para todas as linguas* escreve da defesa da língua materna em geral. A progressão da apologia renascentista leva à universalização do próprio princípio da defesa. A terminologia de Roboredo salienta a transformação: tocando questões de apologia não indica uma língua concreta, diz “língua Materna”.

ignorárom a necessidade que há de se reduzir primeiro a arte da lingua Materna & logo a Latina, Grega & Hebrêa & as mais, que

quiserem aprender mui correspondentes no mesmo Methodo. E a lingua Materna se há primeiro de ensinar per arte aos meninos. Para o que fora de muita importancia crearse hũa cadeira da lingua Materna ao minos nas Cortes & Universidades; ou cõverter hũa das Latinas (M., a3v–a4).

A obra de Severim de Faria, cuja posição é um tanto ambivalente, ilustra o mecanismo da renúncia da hierarquia de idiomas. O autor ainda tenta construir uma hierarquia de idiomas, apoiando-se em vários critérios (riqueza do léxico, categorias de partes da oração, particularidades da articulação, etc.), mas a hierarquia já não é rigorosa: segundo uns ou outros critérios, os idiomas ocupam vários lugares, o que destrói o próprio princípio da hierarquia de línguas.

Consta a copia de palavras, assi dos nomes, como dos verbos; & nesta parte parece, q̃ a lingua Hebraea tem o ultimo lugar, assi como a Grega o primeiro; porque na Hebraea os nomes saõ muito poucos, & faltãolhe os cõparativos, & superlativos <...>. O mesmo se ve nos verbos, onde naõ tem preterito imperfeito, nẽ plusquã perfeito, & se valẽ do Participio <...> pera significar estas vozes. Pelo contrario a lingoa Grega he abundantissima, porque alem da multidaõ de nomes que nella ha ateno mesmo nome tem tres variações, & naõ havendo nas outras lingoas mais de dous numeros, singular, & plural, nella se acha o terceiro, que he, Dual, & nos verbos alem do Activo e Passivo, tem de mais outro, que se chama Medio <...>; usa os dous Aoristos, q̃ saõ outros preteritos, ê o Exomeno, q̃ he o outro segũdo futuro (Far, 65–65v). A boa pronunciação he a segũda parte que se na lingoa requiere, a qual he de tanta importancia, que sem ella fica a lingoagem imperfeitissima, porq̃ quãdo as palavras se não formã em seu lugar, senã da gargãnta, ou dos beiços, âlem da descomposiçã que fazem no que pratica, saõ causa de se naõ poderẽ escrever, nem os que usaõ aquella lingua poderẽ, tomar outra. Do primeiro he grande exemplo o Vasconso de Biscaya <...>. O segundo exemplo se ve na lingoa Hebraea, q̃ por ter muitas letras, & dicções, q̃ elles chamaõ guteraes, & outros labiaes, vierã a não poder pronunciar qualquer outra lingoa (Far, 66v–67). A terceira qualidade que se requiere na lingoa, he a brevidade com q̃ em poucas palavras explique os conceitos, & não per rodeos, & circumloquios, porq̃ sempre se deve guardar aquella regra natural, que aquillo que se pode fazer por menos, se não faça por mais, conforme o Accioma de Aristoteles. Esta brevidade consta das palavras significarem cõ grãde propriedade, & terem poucas sílabas. A propriedade dos vocabulos se vio mais na lingoa Hebraea,

que em nenhũa outra, & por todas as suas estarẽ cheas de grandes significados, as transladações, que se fizerão da Biblia nas outras lingoas forão muito diffusas <...>. Depois da hebraica se concedeo o primeiro lugar à Grega (Far, 67–67v).

Severim de Faria, escrevendo, como Barros de três “línguas-princesas”, não considera o latim um idioma indiscutivelmente perfeito. Julgando sinal de imperfeição de idiomas a falta de significados típicos do latim, o autor afirma que português se aproxima à latina por poder exprimir correspondentes significados com as suas próprias formas e construções (a posição de Severim de Faria não é muito objetiva: ele não reconhece esta capacidade de outras línguas românicas). Não obstante certa ambiguidade, Severim de Faria introduz importantes inovações no extermínio do conceito da hierarquia linguística. Diferentemente dos antecessores que só viam nos romanos o exemplo da valorização da língua materna (mencionando por vezes os gregos), Severim de Faria dá exemplos de tal atitude às suas línguas por parte dos povos mais variados da Europa e do Oriente. O fato de expandir a ideia de apologia a toda uma série de línguas reflete a continuação da linha universalista de Roboredo. Aliás, Severim de Faria explicita a ligação entre a defesa e a ideia de que à função da língua consta em exprimir conceitos formados pela razão. Segundo este autor, a universalidade da defesa é condicionada pelo caráter universal racional da língua; apreciação de línguas deve partir da atitude racional às funções da língua, tendo em conta também sua riqueza lexical e gramatical; reconhece-se possível a igualdade das melhores línguas europeias.

as lingoas que ãtre os antigos houve mais celebres, forão a Hebraica, Grega, & Latina, a que podemos chamar Princesas do mudo, porque esta autoridade lhe deu o titolo da Cruz (Far, 70–70v). E havendo na lingoa Latina hũ sô Participio na Activas, & outro na Passiva, a Grega tem Participios dos Presentes, & Preteritos do Indicativo, & dos Futuros, & Aoristos. <...> Cõ esta copia se avêtejou grãdemẽte a lingoa Grega, & os Latinos a tiverão ã tãta estima, q̃ de seus despojos procurarão ãriquecer a propria: ã ainda assi, segũdo Quintiliano, lhe ficava a latina tãto inferior, q̃ quãdo lhe pediã q̃ falasse cõ a elegancia Grega, se desculpava com a pobreza da Latina <...> ainda assi Cicero a chama pobre (Far, 65v–66). E quanto ã copia <...> todas as línguas vulgares ficã inferiores á Latina, porque as mais dellas não tem voz passiva, nem participios do futuro, que respondã ã Amaturus, & ã Amandus: & assi mesmo lhe falta a môr parte dos comparativos. Isto he gẽral nas tres lingoas vulgares, Italiana, Francesa, & Hespanhola.

Porem a nossa participa menos deste defeito, porque a voz passiva, supre bastantantissimamente com estes pronomes, Me, te, se: Nos, vos, se: & por Appellor, Appellaris, dizemos Chamome, Chamaste, &c. & por Moveor, Movome: & por Vestior, vistome (Far, 72v). E mostrando nôs, que a Portuguesa participa mais da Latina, & que na copia, pronunciação, brevidade, Ortografia, aptidão para todos os etillos, não he inferior à nenhũa das modernas, antes igual a algũas das antigas; cõ rezão lhe poderemos dar o louvor de lingua perfeita, & de ser hũa das milhores do mundo (Far, 71). Dos Romanos sabemos que depois de estabelecido o Imperio, ordenarão cõ rigurosas leis, que todos os Magistrados usassem nas provincias estranhas de lingoa latina, & naõ dessem noutra, resposta algũa publica. Os Carthaginenses prohibirão, q̃ ninguem aprendesse outra lingoa mais que a da Patria. Os Escoceses ensinão na sua as sciencias, & pera isso tem traduzido nella todas as Artes <...>. Ulid celebrẽ Miramolim dos Arabes (porque foi o primeiro que tomou Damasco) mandou que em todos os seus Reynos não se escrevesse mais que na lingoa Arabia. O mesmo publicou por ley elRey Duarte IIII. de Inglaterra, ordenando que as cousas publicas se não tratassem, ou escrevesẽ senão na lingoa Anglicana. <...>. Raix Xarafo Guasil de Ormus, o qual tendo muita noticia da lingoa Portuguesa, & tratando seu livramento diante del Rey D. João III. numqua lhe quis fallar senão por interprete, por não deixar a lingoa de sua Patria. El Rey D. João I. de Castella mandou tambẽ, q̃ nas cousas publicas se usasse da lingoa Castelhana (Far, 85–86). Aventureando a natureza muitos animaes ao homem nas forças do corpo, & perfeições dos sentidos, sò com o entendimento, & lingoagem o fez superior a todos. Porque na razão lhe deu [*a natureza ao homem*] o verdadeiro conhecimento das cousas, & na lingoagem o meyo para declarar seus conceitos, servindolhe a lingoa, como diz Tullio de Interprete do entendimento. Deste principio nasceo a estimação dos Idiomas, porque como da bondade, & clareza do interprete, penda ser melhor entendida a cousa interpretada, as mais das nações politicas, pretenderão mostrar que a sua lingoagem fazia este officio do entendimento com a mayor perfeição, & elegancia; & tão encarecerão algũs Autores os louvores de hũas, & a barbaria das outras, que chegou a dizer Plinio: *Explanatio animi, quæ nos distinguit a feris, inter ipsos quoq' homines discrimen alterum æque grande quem â belius fecit*. Por tanto, tem dado este intento não pequena materia a grandes engenhos para cõpor muitos volumes em abonação de suas proprias lingoas. E vendo eu a nossa Portuguesa tão falta destes livros escritos em seu louvor, como sobeja de razões para não reconhecer por superior a nenhũa, determinei de ao menos

as apontar neste Discurso, posto que via o aventurava a ser tido por Paradoxo; pois sendo a nossa lingua na opinião de muitos quasi inferior a todas; a igualo com as melhores de Europa (Far, 62–62v).

O processo da universalização da apologia continua até na situação de entusiasmo em vésperas da restauração da independência de Portugal. Ferreira de Vera não recusa da apreciação de línguas: “trattando do que toca â lingua Portuguesa, mostrarei brevemente que he das mais antigas, & hũa das melhores d’Europa” (Vera, 81v); porém inicia o tratado dedicado ao louvor de português, marcando o caráter universal de respeito de povos a suas línguas e a antiguidade da discussão da supremacia de línguas.

He tãm proprio d’outras nações a estimação de sua linguagem, que as mais dellas pretendêrão mostrar ser a melhor, ou das mais antigas do mundo. E pera isso se cançãrão grandes ingenhos em escrever muitos volúmes, sômente para encarecerem a perfeição de hũa; & a barbaria d’outras. Os de Frigia, & Egypcios vendo que outras nações senão vencião com razões, o pretendêrão mostrar (cada qual por sua parte) por experiencia, & exemplo, dizendo que todos concedião, que a primeira lingua, que se fallou no mundo, essa fora a mais perfeita (Vera, 81).

O estudo de monumentos evidencia como a universalização da apologia da língua materna acarreta a recusa da visão hierárquica de línguas e atesta o papel da tradição portuguesa dos séculos XVI e XVII neste processo.

2. Universalização das ideias de norma

O estudo de monumentos linguísticos portugueses dos sécs. XVI e XVII evidencia que em decorrência da codificação do vernáculo, em primeiro lugar na obra de Oliveira, forma-se não só uma concepção de norma bem próxima à moderna³ (COSERIU, 2007; BUESCU 1983, 1984; KOSSARIK 1997, 2002;

³ Elaboram-se noções do uso, princípios da seleção de variantes normativas, das bases territorial, social e funcional da norma, da estabilidade e mobilidade dela. Esboça-se a separação de gramáticas prescritivas e descritivas, o que foi condicionado por diversos objetivos da descrição de línguas vivas. O aparecimento das gramáticas prescritivas foi causado pela codificação da língua materna, que, junto com a apresentação do sistema do vernáculo, visava a escolha de variantes que se consideravam corretas. i.é a limitação do uso. Entre as

Leite, 2011), mas também o entendimento das correlações de norma e sistema.

A escolha de variantes normativas é um dos principais objetivos da etapa inicial da codificação. A primeira experiência da fixação da norma portuguesa, gramática de Oliveira, reflete a variação em todos os níveis (fonética e ortografia, morfologia e derivação, no léxico). A atitude à variabilidade e à seleção de variantes é diversa nas primeiras descrições de português, principalmente os gramáticos e ortógrafos orientam-se ao uso. As posições mais consequentes neste aspeto achamos na obra de Oliveira, que formula o conceito do costume, uso, e afirma que a gramática deve segui-lo.

em cada lingua notemos o proprio do costume della: ca esta arte de grammatica em todas as suas partes <...> e resguardo e anotação desse costume e uso tomada depois q̃ os homens souberão falar; e não lei posta q̃ os tire da boa liberdade quãdo e bẽ regida & ordenada per seu saber: nẽ e divindade mãdada do çeo que nos possa de novo ensinar: o q̃ ja temos e e nosso <...> a arte nos pode ensinar a falar melhor ainda q̃ não de novo (Ol, xli, Dvi). E bem sey que por ser novidade e o uso estár ã contráiro, será cousa trabalhósa serẽ lógo estas nóvas figuras reçadas em nóssa othographia: mas o tempo às fará tã própias como sam as outras de q̃ usamos (Bar, 43). E pelo costume (que nisto sempre hemos de seguir) ficárão fora das dictas regras, taballiães, & scrivães, que por a dicta analogia, houverão de fazer taballiões, & scrivãos (N. L, Ort, 30).

Os autores das primeiras descrições de português marcam diferenças sociais e territoriais na fala. A maior diversidade entre os primeiros codificadores do português nota-se na compreensão da base territorial da norma. Oliveira, refletindo objetivamente a especificidade da formação da língua literária nacional, salienta diferenças entre os dialetos do norte e do sul e não contrapõe a fala de habitantes da capital a variedades territoriais meridionais. Oliveira não aceita na linguagem modelar formas dialetais das zonas arcaizantes do Norte; Barros, ao contrário, em correspondência com a tendência latinizante de sua concepção da defesa de português, admite as formas arcaicas do norte pela maior proximidade a latinas.

gramáticas descritivas da época achamos as obras de missionários e a gramática de língua portuguesa para estrangeiros de B. Pereira, cujo objetivo era ensinar a comunicação exitosa em língua estrangeira, o que previa, além da exposição do sistema de língua estrangeira, a informação mais completa sobre as formas e o funcionamento delas na fala pelo que não exigia a limitação do uso.

os cavaleiros q̃ tẽ hũs vocabulos: e os lavradores outros: e os cortesãos outros: e os religiosos outros: e os mecanicos outros, e os mercadores outros: ou tãbẽ se faz ẽ terras esta particularidade porq̃ os da beira tem hũas falas e os Dalentejo outras: e os homens da estremadura são diferentes dos dantre douro e minho: porq̃ assi como os tẽpos assi tãbẽ as terras crião diversas cõdições: e cõçeitos: e o velho como tẽ o entender mais firme cõ o q̃ mais sabe tãbẽ suas falas são de peso e as do manço mays leves (Ol, xxxvii, Dij v.). sendo eu moço peq̃no fui criado em são domingos Devora onde fazião zõbaria de m~y os da terra porq̃ o eu assi pronũciava segũdo q̃ o aprendera na beira (Oliveira, xlvij, Eiiij–Eiiij v). se estas e quaesquer outras semelhantes as meteremos em mão dhũ homẽ velho da beyra ou aldeão não lhe parecerão mal (Ol, xxxvi, D1v). estes nomes posto q̃ parecẽ mudar mais q̃ nenhũs dessoutros q̃ ia dissemos todavia se olharemos ao singular antigo q̃ ja teverão não mudão tanto como agora nos parece porq̃ estes nomes todos os q̃ se acabão em ão ditongo acabavãose em om como liçõ, podom, melõ, e acreçẽtando e e s formão o plural lições, podões, melões: como ainda agora fazẽ e outro tanto podemos afirmar dos q̃ fazẽ o plural em ães como pães, cães, dos q̃es antigamẽte era o seu singular pã, cã, cujo testemunho aindagora da antedouraminho (Ol, xlv Eij v). A my muito me contentam os termos que se confõmam com o latim, dádo que seiam antigos: ca destes nos devemos muito prezár, quãdo nam achãrmos serem tam corrutos, que este labeo lhe fãça perder sua autoridãde. Nã sómẽte os que achamos per escrituras antigas, mas muitos q̃ se usam antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa: os quães algũus indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde nãçẽ (Bar, 56v). Tem esta letra muita semelhança, & afinidade com a letra consoante v; com que faz errar a muitos Portugueses de entre Douro, & Minho, & os mais dos Castelhanos, que não advertindo o que vai de hũa á outra, as trocão na pronunciação, dizendo; Brabo; & bravo: avano; & abano (Vera, 6).

A base social da norma apresentada nas obras de Oliveira, Barros e Ferreira de Vera é vasta: a única relevante característica social dos que falam perfeitamente é alto nível cultural, só Nunes de Leão sublinha o papel da corte na elaboração da fala exemplar. Codificando ortografia Oliveira e Ferreira de Vera orientam-se à modalidade oral, respeitando os interesses de amplas camadas sociais e desejando facilitar a escrita.

a primeira e principal virtude da lingua e ser clara e q̃ a possão todos entender e pera ser bem entẽdida ha de ser a mais acostumada antre

os milhores della e os milhores da lingua são os ã mais lerão e virão e viverão continoando mais entre primores sisudos e assentados e não amigos de muita mudança (Ol, xxxvii, Dii). seja cõforme a melodia da nossa lingua e seja entregue não a qualquer pessoa mas aquelles de cujo saber e vontades nos poderemos fiar cõ rezão (Ol, xli, Dv). homens ã se entẽdẽ e sabẽ o que falão: cuja imitaçã nos fara galantes e primos a nos e a nosso falar se a quizeremos seguir (Ol, xlix, Ev v). escreveremos <...> imitando sempre as scritturas dos homens doutos, regulando as pelo entendimento, & ouvido, que he a melhor regra, que se pode tẽr, & dar nesta materia (Vera, 24v). errã os que escrevem dicções Portuguesas per ch. dirivadas dos Latinos, & Gregos, com que se embaraço muitos, que não sabendo differençar os nomes Latinos dos vulgares pronunçião hũs por outros, errando na pronunçião, como no significado: como coro (per ajuntamento) escrevem choro, per se mostrarem Latinos: não vendo que dessa maneira significamos pranto: e que de hũa maneira pronunçiamos coro; & de outra choro: como caco, & cacho, caca, & cacha: marca, & marcha. Polo que nestes nomes monarchia, architecto, chimera, & outros desta maneira aspirados, escrevemos per qui, ou co: como Monarquia, maquina, quimera, ancora, arquitecto, carismo (Vera, 10).

Um importante aspeto da codificação é a base funcional da norma. O apoio à modalidade oral é notável característica da gramática de Oliveira que a destaca de toda a linguística renascentista. Para ele a oralidade, fala, linguagem coloquial cotidiana serve de base funcional prioritária da norma elaborada, sendo também objeto da codificação, sua gramática contém recomendações ortoépicas, além das ortográficas. Daqui vem uma enorme atenção à fonética na obra de Oliveira, quem se aproxima ao entendimento da noção de fonema. O ortografista Ferreira de Vera também toca questões de fonética.

As dições usadas são estas ã nos servem a cada porta (como dizẽ) estas digo ã todos falão e entende as quaes são proprias do nosso tẽpo e terra: e quẽ não usa dellas e desentoado fora do tom e musica dos nossos homens dagora (Ol, xxxv, Dij v). & algũas formações tẽ melhor sã ou musica ã outras e são mais usadas (Ol, xii, Dvj). notemos o falar dos nossos homens e da hi ajunaremos preçeitos (Ol, v, Av v). Porque a boa orthographia consiste em escrever, como pronunçiamos: & da mesma maneira pronunçiar como escrevemos. E assi como os Gregos, Latinos, & Arabes não tem nem conhecẽrão esta nossa pronunçião cheminé, chinella, marcha, chora, chupa; assi nós não temos (na nossa materna) a sua per ch; nem letra com

que signifiquemos o χ dos Gregos. Assi que quando viremos escrittos estes nomes, & outros semelhantes, lhes daremos a pronunciação de qui, &c. (Vera, 10–10v).

A resolução do problema a que estado da língua, atual ou anterior, é preciso orientar-se na escolha de variantes difere os autores portugueses. Oliveira em suas recomendações parte tanto da estabilidade, como da mobilidade, historicidade da norma; Barros, ao contrário, aprova, como vimos, o uso do léxico arcaizante.

a ortografia <...> em hũa mesma língua se muda cõ o costume (Ol, xviii, Bv v). o falar tem seu movimêto diz Marco Varrão: e mudasse quando e como quer o costume (Ol, xlv, Eij v). posto que o uso do falar tenha o seu movimêto <...> e não persevere hũ mesmo âtre os homens de todas as idades (Ol, xlii, Dj v). não e muito de maravilhar diz marco varrão q̃ as vozes êvelheção e as velhas algũa ora pareção mal porq̃ tambem envelheçẽ os homes cujas vozes ellas são <...> as orelhas não consintẽ a musica e vozes fora de seu tempo e costume (Ol, xxxvi, D–D v). das dições velhas tomemos as mais novas e q̃ são mais vizinhas de nosso tempo: assi como tambẽ das novas avemos de tomar as mais antigas e mais reçadas de todos ou a mayor parte (Ol, xxxvi, Di v). Nã sômẽte os que achamos per escrituras antigas, mas muitos q̃ se usam antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa: os quães algũus indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde nãçẽ (Bar, 56v).

A linguística portuguesa aplica não só ao português a elaborada concepção da norma (ideias de uso, fala exemplar, variação, escolha de variantes), mas espalha-a a outras línguas, o que já observámos no caso da apologia. Autores de gramáticas latinas tocam esta problemática episodicamente. Sousa acode à noção do uso, afirmando que os significados e empregos de formas latinas se aprendem na prática de leitura e escrita. É especialmente notável o fato da variação verbal no tratado de Resende: o gramático parte do uso do latim medieval e renascentista, quando, exibindo paradigmas clássicas do verbo latino, apresenta também formas do latim vulgar.

in prepositionibus, miram varietatem significationis etiam in ijsdem casibus, quã nos regulis complecti non possumus, usu legendi & scribendi discenda est (Sou, xlix).
Præterit. perfect.

Eu amei.
S. Amavi. Amavísti. Amavit.
P. Amávimus. Amavístis. Amavérunt, vel Amavêre. <...>
Idem tempus per syncopen.
S. Amavi. Amásti. Amavit.
P. Amávimus. Amástis. Amárunt (Res, B–Bv).
Præterit. Plusq̄perfect.
Eu tinha amado. Eu amara.
S. Amáveram. Amáveras. Amáverat.
P. Amaverâmus. Amaverâtis. Amáverant.
Per syncopen.
S. Amâram. Amâras. Amârat.
P. Amarâmus. Amarâtis. Amârant (Res, Bijv).

A problemática de norma frequentemente surge nas gramáticas missionárias. São significativas numerosas referências de Anchieta, Figueira e Estêvão ao uso depois exporem regras de formação ou emprego de formas e construções. Deste modo, o conhecimento de regras aparece como o nível inicial, básico, do domínio da língua; entende-se o papel do uso no aprofundamento do saber: o uso serve uma importante fonte da competência linguística.

Todos estes negativos eima dos preteritos & futuros se podem pôr no meyo & no fim, ut jucaagoreíma, vel jucaeimagoéra; jucaaðameíma, vel jucaeimaðáma. A hus está melhor no meyo, a outros no fim, usus dicebit (Anch, 19v). Em todas estas regras pode haver algũas exceições que se aprenderão com o uso (Anch, 4). Na composiçãõ de syllabas ha muitas mudanças, que aqui ãõ pomos, por evitar confusaõ; o uso bastará (Fig, 3). Isto baste da composiçãõ dos verbos; outras miudezas se deixaõ por evitar confusaõ, que o uso ensinará (Fig, 92). A formaçãõ destes verbos ensinará melhor o uso, mas com algũas regras se darã noticia della (Fig, 117–118). Com algũs nomes, que o uso ensinará, em lugar da preposiçãõ Pe. se põe a letra I. ut Açõ çobái, & ãõ se diz çobáipe, vou à banda dalem (Fig, 131). O uso ensinará a boa collocaçãõ das partes da oraçãõ entre si; mas apontaremos aqui algũas que pedem certos lugares (Fig, 165). Advirtase que muytos nomes sustantivos desta lingoa pello uzo della <...> terminaõ a ultima syllaba do Nominativo do singular em ,au, ou em ,ao, & quando os acharmos acabados em ,au, entãõ terãõ o genitivo em ea, & iraõ por pao, ea: deste teor saõ Rao, guneaõ, andao <...>, & outros semelhantes a estes, ãõ o tempo, & uzo descobrira, & so se pos aqui esta advertencia pera ãõ quando encontrarmos cõ esta variedade, ãõ

nos embaraçemos, & saibamos por onde, & como nos havemos de guiar (Est, 5–5v). Por Chouai, vaõ também, mui, ie, formiga, sui, sue, agulha, & outros desta laya, naõ obstante diffirire no Nominativo & também, ddoi, ie, Coco <...>, & outros semelhantes, ã o uzo ensina-ra; aos nomes Vallai, Carea bicho <...>. Estes & outros, que cõ o uzo se acharaõ (Est, 9) Desta regra se tiraõ algũs nomes proprios & appellativos aue vaõ por esta declinaçaõ, & saõ masculinos: ut patì, y, marido <...>, & outros que o uzo decobrira (Est, 12).

Anchieta escreve de variedades territoriais da língua descrita e marca a variação na fala de índios de diversas zonas.

ha algua differença na pronunciação, e o uso de diversas partes do Brasil sera o milhor mestre. Porque desde os Pitiguáres do Paraíba até os Tamõios do Rio de Janeiro pronunciação inteiros os verbos acabados em consoante, ut apâb, acêm, apên, ajûr. <...> Os Tupis de Saõ Vicente, que sao alem dos Tamoyos do Rio de Janeiro, nunca pronunciaõ ultima consoante no verbo affirmativo, ut pro apâb dizem apâ <...> E assi, addita algũa parte das sobreditas, pronunciaõ apáne (Anch, 1v). cõmumente os verbos os começados por m activos tem i depois do articulo, ainda que em algũas terras pronunciação muitos sem elle (Anch, 48v).

Os gramáticos refletem a variação em diversos níveis do sistema: na fonética, morfologia, sintaxe. Na maioria de casos, ao mencionar variantes, eles se limitam a referir ao uso que ensinará. Porém às vezes os autores indicam a variante preferível, explicando esta preferência com maior divulgação e emprego da forma. As mais notáveis são as ocasiões quando Anchieta ou Figueira argumentam a preferibilidade de uma das variantes com a “elegância” desta. O espalhamento da noção de elegância à fala de índios testifica a engendração da ideia de aplicabilidade do conceito da fala exemplar a qualquer língua.

em todos os tempos e participios se póde pôr umoân para fazer preterito. Alguns pronunciação umân, idem est (Anch, 21v). Todos estes negativos eíma dos preteritos e futuros se podem pôr no meyo e no fim, ut jucaagoreíma, vel jucaeimagoéra; jucaaðameíma, vel jucaeimaðáma. A hu está melhor no meyo, a outros no fim, usus dicebit (Anch, 19v). E os neutros, ainda que possãõ ter verbaes em ára, mais usãõ destes [com baê], ut oçõbaê, o que vai, melhor que çoçára (Anch, 29v). Na terceira pessoa relativa comumente o nome, ou

pronome precede o verbo (Fig, 165). muitas vezes o comũ fallar saẽ desta regra, & trocaõ a ordẽ della, porẽ o ã he mais comũ, & ordinario puzemos aqui (Est, 37v). Quando a ultima syllaba tem accento breve a penultima o tem longo: isto falando de Ordinario, porque as vezes se acha o contrario (Est, 5). Algũs nomes ha <...> a que o vulgo as vezes pronũcia cõ, til, & as vezes sẽ elle (Est, 14). paunna, he nome adjectivo, & como tal hade concordar cõ a couza de que se trata, & as vezes o poẽ neutralmente mas o melhor he concordalo (Est, 20v). so se note aquella differença ã quãdo se falla pella terceira pessoa do imperativo tẽ antes, hauã , tũ, to, & quando se falla por aquelle outro modo tẽ hãuẽ, tuuẽ, tannẽ, mas melhor he pello primeiro modo (Est, 34). Este preterito cõ assatã, he muito uzado, sẽ elle raramẽte cõ astunu se uza poucas vezes (Est, 50v). O segundo naõ he taõ uzado (Est, 47v). raramẽte se uza deste preterito (Est, 50). O pronome ho, hy, he, tẽ na oraçaõ as vezes força de relativo <...>, mas naõ he taõ bõ falar inda ã se acha (Est, 73). Nos acabados em b se pode deixar de pronunciar o b as vezes <...> e ainda em algũs se usa mais elegãtemẽte, ut coái, pro coábi, tui pro túbi. <...> Pondolhe ambas as negações, s, na in principio, & eími, in fine, he muito usado & elegante, & fazem ãa affirmaçãõ, ut aipotãr, naipotareími, não deixo de querer, i. e. quero (Anch, 34v). os Indios trocaõ ás vezes algũas letras por mais delicadeza, como pera dizer Aiúr, dizem Aiút; em lugar de Coyr, dizem Coyg; mas isto naõ he natural (Fig, 103).

A análise das gramáticas missionárias comprovam o processo da universalização do conceito da norma.

Uma importante inovação da linguística portuguesa dos quinhentos e seiscentos é o início da formação do entendimento da correlação sistema – norma. Na obra de Oliveira, que maximamente se orienta ao uso, entre argumentos da escolha de variantes preferíveis, achamos referências à “melodia”, “natureza de língua” que determina o costume. Descrevendo o sistema gramatical Oliveira tenta formular “regras mais gerais”, “universais”, racionais, reconhecendo, no entanto, que é impossível achar regras sem exceções, que abarquem todos os casos. Ele constata a diferença de rigidez das regras a que são sujeitas “declinações naturais e voluntárias” (flexão e derivação). Oliveira distingue o uso e as regras racionais e julga que português segue mais a estas regras do que o latim e grego. Marca a colisão entre a razão e o costume no plural de algumas formas nominais em -ol. Uma nota do gramático reflete incoincidência do sistema e da norma: ele escreve de formas que, arraigadas pelo costume, existem na fala, e dá exemplos de formas, que realmente não existem, mas que

poderiam existir. Mas, apesar de diferenciar fenômenos do sistema e da norma, na codificação Oliveira considera o uso o principal ponto de referência. Tudo isto revela a aproximação do autor quinhentista ao entendimento dos conceitos do sistema e da norma.

Tem tanto poder o costume e tambem a natureza que em que nos pes nos faz conhecer esta diversidade de vozes (OL, viii Avj v). assi na analogia [morfologia] dos verbos como das outras partes não temos regras q̃ possuem cõprender todos se não os mais do que nos não avemos despantar por q̃ os gregos cuja lingua e bem conçertada tem hũ bo caderno de verbos irregulares: e algũs nomes. e os latinos tẽ outro tã grande (OL, xlviij, Ev). As declinações de generos são muitas <...> não por isso se pode dar regra universal (OL, xliiij, Dviiijv). A latina e grega <...> seguẽ mais o sabor das orelhas q̃ as regras da rezão (OL, xlv, Eiiijv). Com tudo não e mui franca ou para melhor dizer solta a liberdade de todos nesta parte porq̃ posto que não podẽ dar aqui mais limitadas regras esta que em toda parte se deve guardar servira tãbem aqui: <...> seja cõforme a melodia da nossa lingua (OL, xli, Dv). As declinações naturaes são mais sogeitas as regras e leis de cujo mandato se rege esta arte. As regras ou leys q̃ digo são como disse anotações do bo costume. As quaes porque aqui são mais gerais e comprehendem chamamoslhe naturaes e de feito pareçẽ ser mais proprias e consoates a natureza da lingua (OL, xliij, Dvi v). Qualquer forma ou genero, q̃ os nossos nomes tẽ no singular, esse guardão tambẽ no plural, porque nisto assi como em outras cousas guarda a nossa lingua as regras da proporção mais que a latina e grega, as quaes tem em suas dições muitas irregularidades e seguẽ mais o sabor das orelhas q̃ as regras da rezão: assi como nos tambẽ deixamos as regras geraes: porque o bo costume e sentido nos mandão tomar algũas particularidades (OL, xlv, Eiiij v). Dos nomes acabados em .ol. parece q̃ deviamos tirar algũa eyçeyção: porq̃ alhgũs nomes temos cuja rezão e bõa voz require que se não acabem no plural em ois <...> [sol, rol] por diferença das segundas pessoas destes verbos [soes, roes] (OL, xlv Eiiij). se fosse em costume tambem diriamos Romão, Romãos; Italião, Italiãos, Valencião, Valenciãos. E tambem Jorge da Silveira no cançioneyro q̃ ajütou Garçia de resende: diz castelão, do qual singular se o ouvesse no mundo, diriamos no plural castelãos (OL, xlv Eij). hũ e algũ, hi e ahi <...> so de nosso costume os escrevemos, sã mais outra neçes-sidão (OL, xiv, Bij). so de costume: sem mays outra neçes-sidade se acreçentão algũas outras letras em algũas partes (OL, xv, Biiij–Biiij v). E isto se faz de neçes-sidade em q̃ nos o costume ja pos (OL, xxvij, Bviiij v).

A atenção de Barros ao sistema é ainda mais sensível, na escolha de variantes normativas ele mais frequentemente do que Oliveira orienta-se à analogia, à estrutura morfológica de formas, por exemplo, arcaizantes, recomendando maçã – maçãs, aldeã – aldeãs (Bar, 14 v). Segundo Barros, é possível recomendar formas não usuais.

Sól, lũa, glória, fama, memória nam tem plurár. E quem algũ nome destes levár ao plurár que a orelha pôssa sofrer, nam encorrerá em pecádo mortál: dádo que em rigor de bõa linguágem sam mais própios do singular que do plurár (Bar, 10 v–11).

Ferreira de Vera, seguindo Oliveira, difere regras racionais e o uso.

Hũas letras se dobrão nas dicções per natureza das palavras, de que se não pode dar regra, porque consiste em uso; & não em arte. E assi não se pode dar razão, porque estas palavras Latinas, gutta, caballus (de que dizemos gotta, cavallo) tem dous tt, & dous ll; mais que dizer: Sic voluerunt priores: Que forão compostas â vontade de quẽ as inventou (Vera, 28).

A questão de correlação do sistema e da norma nas gramáticas missionárias tem suas especificidades. A tarefa de apresentar na gramática, destinada ao ensino da fala em idioma estrangeiro nas mais variadas situações de comunicação, estimula a atenção aos dois aspetos. Uma especial importância adquirem as regras, cujo caráter difere nas gramáticas portuguesas e missionárias: nestas presta-se muita atenção à regularidade / irregularidade com os fins distintos da codificação da norma. Enquanto os autores das primeiras gramáticas do vernáculo, concentrando-se na escolha de variantes normativas, acodem à noção de regras nos casos de variação, daqui vem a atenção às formas do plural de nomes com -l e nasais finais, do verbo *ser*, etc. (ainda sem prestar atenção a alguns outros aspetos importantes da gramática portuguesa, por exemplo, análise das funções dos verbos *ser* e *estar*), as gramáticas missionárias prestam a maior atenção ao sistema, suas regras demonstram a formação e funcionamento de formas e construções.

Formação do Gerundio in do, vel dum, ou Supino. Os verbos acabados em vogal com accento na ultima, fazem addito bõ, ut ajucã, jucábo. Os acabados em i, vel u, interpoem a, ut ayabí, abiábo, pro abíbo. aũ, uábo pro úbo, recorre á regra do g interposto (Anch, 28).

Nota que nestes acabados em u, precedente vogal, se interpoem g, & é melhor pronunçiação & mais fácil, ut guábo (Anch, 4v). Algũs acabados em outras duas vogaes juntas tambem interpoem a, ut ayaô, aoábo, vel agoábo <...>. Outros seguem a regra geral de bô (Anch, 28). No futuro additur nè in fine. <...> No negativo tem xoè, vel xò, antes do nè (Anch, 22). O imperativo <...> se forma addito ta ao presente do indicativo <...>. No fim do negativo tem umê, sive imê <...>. o presente do conjunctivo tem a mesma voz que o imperativo, & serve tambem por elle, ut mate, matemos, não mates, não mateis, e se forma com ta (Anch, 22v). a particula mã sempre ha de ir no fim (Anch, 24). As mudanças das letras que ficão atras, servirão para não se repetir ao diante hũa cousa a cada regra, porque a estas hão de recorrer. Posto que sempre ha algũas exceções que o uso insinará (Anch, 8).

Figueira apresenta toda gramática como um conjunto de regras bem organizadas e numeradas, que ele formula baseando-se no sistema e uso, verificando os dados com falantes nativos. Ao dar paradigmas, o gramático expõe modelos gerais de formações que depois detalha, exceções, a seu turno, aparecem como sujeitas a outras regras. A rigorosidade das regras varia, Figueira toca a questão de modelos gerais (padrão geral) e não gerais, ou seja de regularidade / irregularidade, variante / invariante.

de raiz por fundamentos e regras <...> consultando e dando as a examinar a Indios naturais e a padres nascidos e criados entre os mesmos Indios do Brasil (Fig, Prologo ao leitor). todos estes mesmos modos se formaõ da terceira pessoa do Indicativo. E advirtase, que na formaçaõ destes modos da terceira pessoa consistem as principaes dificuldades da grammatica desta lingua, & pera as vencer facilmente, poremos aqui regras certas, & claras. Da formaçaõ dos modos. O principio do Conjunctivo, Infinitivo, Gerundio, ou Supino, se forma da terceira pessoa do Indicativo, tirandose o Artigo. Donde vem que os verbos, que depois do Artigo tem algũa destas syllabas Nho, Io, a perdem no Conjunctivo, & dahi por diante; pola perderem na terceira pessoa. Anhotym, Erenhotym, Otym; Conjunct. Tyme. Infinivo, Tyma, &c. (Fig, 101). Os seguintes tempos se formaõ do Presente do mesmo Infinitivo. Os preteritos perfeito, & plusquamperfeito acrescentaõ Agoëra: o futuro imperfeito, Ramboëra <...>. Os Participios passivos em Yra procedem só de verbos activos. Formaõse das terceiras pessoas do presente do Indicativo (Fig, 106–107). Hũa das cousas mais importantes pera saber fallar, he entender a ordem, & formaçaõ dos

Gerundios dos verbos, & assi se deve muito advertir. Os principios dos Gerundios se tomaõ da terceira pessoa do Indicativo, tirando o artigo, nos de artigo; & as syllabas Nho, Io, nos que as tiverem. <...> Os neutros, que começaõ por pronomes, Xe, nde, &c. no gerundio conservaõ os taes pronomes, mas na terceira pessoa sempre tem a letra O (Fig, 109). Exceituaõse porẽm desta regra os verbos, que depois do pronome Xe, teiverem a letra R, immediatamente, a qual letra R se muda em ç, com zeura na terceira pessoa <...>. Tambem se excetuaõ daquella primeira, & da segunda regra, os verbos compostos de nomes, cuja primeira letra T, fica na terceira pessoa (Fig, 38). Primeira exceiçaõ das duas regras sobreditas. Esceituaõse destas regras os nomes seguintes, que começandose por ç, com zeura, fallandose dellas relativamente, mudaõ o ç, em x, & naõ em r, tomando i, por relativo. Çêbe, mantimento; Ixébãe, o seu mantimento. Çumarã, inimigo. Ixumarã, o seu inimigo <...>. Segunda exceiçaõ. Tiraõse tambem das duas regras os Infinitivos dos seguintes seis verbos Activos, que nunca mudaõ o Ç, em R. ainda que lhes proceda immediatamente o Accusativo. E fallandose relativamente tomaõ I, por caso relativo, mudando o Ç, em X <...>. Aiocyb, alimpo. Çyba. Ixiba, alimpalo. Aioçúb, visito. Çúba. Ixúba, visitalo (Fig, 73). o nome, ou pronome em respeito do verbo podem estar antes ou depois. ut Oçóu Pedro; Pedro oçóu. <...> Na terceira pessoa relativos comumente o nome, ou pronome precede o verbo. ut Coriteĩ Pedro rúri. <...> Os relativos sempre se collocaõ depois do nome, que relataõ, como a ordem pede <...>. O Adverbio em quanto tal, póde preceder, ou posporse comũmente. Coriteĩ açó, I, Açó coriteĩ. A preposiçaõ em quanto tal, sempre se pospoe (Fig, 165–166). Primeira conjugaçam geral dos verbos do artigo A (Fig, 12). Segunda conjugaçam geral dos verbos, que começaõ per pronome, Xe (Fig, 36). Da conjugaçam de alguns verbos irregulares. De duas maneiras podemos chamar aos verbos irregulares; s. ou porque se naõ usaõ mais que em alguns tempos, numeros, ou pessoas; & estes melhor se chamaõ Defectivos, porque tem faltas nas taes cousas: mas nos tempos que tem, guardaõ a ordem das conjugaçõẽs geraes. Outros saõ propriamente irregulares; porque tendo tudo, o que outros tem, naõ fazem suas formaçoẽs da mesma maneira (Fig, 53).

Estêvão começa a gramática de canarim com a parte chamada “Algũas advertencias necessarias pera o bom entendimento, & uzo desta lingoa, & da Arte”, ligando as noçoẽs de língua, de uso e da descriçaõ gramatical. Aqui o autor marca a existẽncia em canarim de diversos tipos de declinaçoẽs, i.é variaçaõ de modelos da flexãõ nominal (Est, 5–5v); fala de diferenças do modelo

e da pronúncia real de formas nominais e verbais, tendo em conta a variação morfológica (Est, 5v-6); menciona variação de marcadores de casos (Est, 6-7). Descrevendo a morfologia (partes da oração, flexão, derivação) Estêvão antecipa a ideia de modelo típico, padrão morfológico geral (“conjugação principal”) e de variação de modelos (“muitas cojugações”). Ele expõe o tema e morfemas flexionais, demonstra a variação de flexão e derivação (Est, 39v), o desvio do padrão morfológico é apresentado como isenção de regra, irregularidade (Est, 30v).

Depois deste verbo activo sera muito necessario por logo antes dos outros verbos a formaçã dos tempos pera que os que aprêdê saibaõ como haõde formar os tẽpos pera conjugarẽ. Formaçaõ dos verbos. O Preterito imperfeito, sodĩ, se forma da primeira pessoa do singular do indicativo tirando o tã, & pondolhe o til na vogal, que estava antes do tã, v. g. soditã, tirandolhe o tã, & pondo o til na vogal atras fica sodi. Baissatã, baissã <...>, tiraõse daqui algũs irregulares como se pode ver nas suas conjugações. O segundo imperfeito, soditalõ, se forma da terceira pessoa do singular do presente do Indicativo acrescentando, lo, ly, le, assy como soditã, soditalõ, ly, lẽ. O Preterito perfeito, sodilo, se forma da primeira pessoa do presente do Indicativo, tirando o tã, & pondo lhe, lo, ly, lẽ <...>, tiraõse daqui algũs verbos, ã tendo, α, antes do tã, mudaõ no preterito aquelle, α, em ,i, <...>, outros tẽ seus preteritos irregulares <...>. A primeira pessoa do Pl. deste futuro, sodũ, se forma da primeira pessoa do presente do Indicativo tirando o tã, & mudando , i, em , ù, soditã, sodũ. Tiraõ se daqui os verbos disyllabos ã retẽ a dita vogal acrescentando lhe a syllaba, ù, ut Pitã, piũ <...>. Tiraõse tambẽ os ã tem , e, antes do tã, a qual letra naõ se muda em ù, mas se lhe acrecenta a syllaba, ù, tirando o tã, ut palletã, vejo, palleũ <...> (Est, 39-40). no que toca ao conjugar, o verbo activo tem hũa so conjugaçaõ <...>. Depois da conjugaçaõ do verbo activo, vẽ a do verbo neutro, que differe do activo nos preteritos, por ã se cõjugaõ todos os neutros. Apoz o neutro, vẽ o verbo negativo, que he geral em todos os verbos, & tẽ sua propria conjugaçaõ, & por elle se conjugaõ todos os verbos negativos. Depois do negativo segue se dous verbos defectivos <...>, por onde vaõ todos os mais defectivos. Ultimamente vẽ os verbos irregulares <...>. De modo que a conjugaçaõ principal dos verbos, seja hũa so, todavia esta variedade de activo, de neutro, defectivo, & de todos os seus negativos, & irregulares, he equivalente a muitas conjugações (Est, 31).

A problemática da correlação do sistema e da sua realização é refletida na organização do *Methodo grammatical para todas as linguas*: partindo dos fins de ensinar em curto prazo o latim na gramática escolar, Roboredo primeiro exhibe modelos da flexão nominal e verbal regular, considerando-os, junto com construções de concordância e regência, a principal parte da estrutura gramatical de cada língua, e só depois apresenta formas irregulares do nome e do verbo. Tal princípio – antes de mais nada ensinar modelos de formação de principais formas e construções – parece refletir a atenção de Roboredo à correlação entre o sistema e sua realização.

Dividi este primeiro grao em tres livros. No primeiro, & mais principal da Grammatica de cada lingua se devem lançar as Declinações dos Nomes, & seu Genero: as Conjugações dos Verbos, & seus Preteritos, com a summa das Concordias, & Regencias das palavras, No segundo livro, & menos principal se devem ajuntar as irregularidades dos Nomes, & Verbos (M., c2).

Assim, como vemos, nos monumentos analisados a questão de correção linguística é tocada desde as posições da norma (uso, escolha de variantes exemplares) e do sistema (regularidade / irregularidade, modelos de formação). Na linguística portuguesa da época estudada realiza-se um importante passo: as ideias de norma (e de correlação dela com o sistema) elaboradas no decurso da codificação de português espalham-se a outras línguas, comprovando a sua aplicabilidade a qualquer língua. A sua universalização marca o início da consolidação de norma como conceito científico da linguística geral.

3. Universalização da visão histórica da língua

Mais uma inovação engendrada nos sécs XVI e XVII é a atitude histórica a língua, causada pela defesa do vernáculo. A compreensão de mudanças linguísticas deixam de se considerar “corrupção” típica de vernáculos “não gramaticais”, evolui ao entendimento de modificações históricas, características universais de todas as línguas, inclusive a latina. A comparação de todos os níveis do sistema do português com o latim para comprovar a sua proximidade leva ao estudo da origem da língua materna, à formação de ideias que têm paralelos com a linguística histórica e estimula o esboço de novas disciplinas

linguísticas (fonética e gramática históricas, etimologia). Não tentando expor neste artigo todos os aspetos da visão histórica de língua, limitamo-nos com testemunhos explícitos de compreensão pelos autores portugueses da universalidade de câmbios linguísticos.

Já Oliveira não só recusa da característica negativa de mudanças históricas em português, mas reconhece a mobilidade, além do vernáculo, de línguas clássicas, em consequência de sua polimoto: “E e manifesto que as linguas Grega e Latina primeiro goram grosseiras: e os homens as poserão na perfeição ã agora tem” (Ol, iv, Aiiij–Aiiij v). Oliveira distinguindo câmbios antigos, recentes e os que ainda estão realizando-se, marca processos ativos na fonética (redução de vogais, queda de -d- intervocal em flexões verbais), na morfologia (mudanças de formas verbais poer>pōr, surgimento da flexão -a em nomes de género feminino acabados em -ês, etc.), no léxico (marca na gramática alguns arcaísmos, neologismos lexicais).

Os tratados de Nunes de Leão são uma das primeiras descrições históricas de língua românica, bem como experiência da criação de dicionário etimológico, este autor dedica-se já ao estudo especial de câmbios históricos. Mais de uma vez ele sublinha a ideia de mutabilidade, historicidade da língua: “Assi como em todas cousas humanas ha continua mudança & alteraçã, assi he tambem nas lingoagês (N L, 1). sendo as lingoagês tam mudavel cousa, & ã em pouco tempo se alterã tanto (N L, 8). as mudanças ã as lingoas vaõ fazendo cada dia” (N L, 12). Uma importante especificidade das posições de Nunes de Leão é o entendimento da mutabilidade de diversas línguas: além das românicas, inclusive as da península Ibérica, da latina, fenícia, basca. Desse jeito, a historicidade é reconhecida como propriedade de várias línguas, característica universal delas. Os tratados de Nunes de Leão ilustram como a ideia da “corrupção” evolui, na linguística da época, à concepção da mutabilidade linguística. O significado do termo “corrupção” transforma-se em ‘mudança, mutação, modificação, câmbio’.

A corrupção per troca de hũas letras por outras he mui comũ, & ã cõprende as mais das palavras, porã de ecclesia dizemos igreja, de desideriu desejo, de cupiditas cobiça. Na qual maneira de corrupção hã hũas certas letras que quasi sepre respondẽ a outras, como o diptõgo au, dos latinos a, ã os Portugueses respõdẽ com o seu ou, como por audio, ouço, por aurum ouro, por taurus touro, por laurus, louro, por maurus, mouro, & por paucus pouco <...>. Da mesma maneira se mudão as letras em outras semelhantes como he o l. em r. & o p. em b. o t. em d. Porã por obligar dizemos obrigar, por blandus brando, <...> por amatus, amado. (N. L, 36). As letras entre si teem

hũas com as outras muita semelhança, & e afinidade, & portãto facilmente se corrõpem & mudão hũas em outras, não soamente de hũa lingoa a outra, mas em hũa mesma lingoa. Polo que, teendo noticia desta semelhança, & mudança, que fazem de hũas em outras, facilmente viremos dar cõ a origem dos vocabulos corruptos. <...> A. primeiramente se muda em .e. como de alacris, alegre. de factus, feito. de amavi, amei. & aas vezes e .ou. como de aurum, ouro. de laurus, louro. de taurus, touro <...>. B. mudase em .v. como de debeo, devo. de caballus, cavalo <...>. C. mudase em .g. como de cæcus, cego. locusta, lagosta. <...>. E o gn corrompese em .nh. como de lignum, lenho. <...>. I. mudase em .e. como de cibus, cevo. <...> de bibo, bebo. <...>. L. corrompese em .r. como de blandus, brando. de clavus. cravo. <...>. E quãdo vem despois de .c. f. p. corrompese em .ch. como de clavis, chave. de flamma, chama. de plaga, chaga. <...>. T. corrompese em .d. como de amatus, amado. de auditus. ouvido, de fatum, fado (N. L, Ort, 25-26).

Severim de Faria compreende a formação de línguas românicas como resultado de transformações no latim, considerando câmbios históricos um traço universal de línguas. É este entendimento que leva o autor à opinião que a origem e a antiguidade de uma língua não podem servir de razão para declarar sua superioridade. Segundo Severim de Faria, são os processos duradouros na história de povos e estados que causam mudanças linguísticas. Ele explicita que não as considera corrupção, apesar de empregar esta denominação.

Desta lingua Latina nos não ficou ja agora mais que a parte da Escritura; & o uso se corrompeo em Italia, França, & Hespanha nas lingoes vulgares, que ao presente se fallão nestas Provincias (Far, 70v). segundo a melhor, & mais verdadeira opinião, nẽ por primeira antiguidade, nem por incorrupção do idioma, pôde nenhũa lingoa ser tida por melhor que a outra. Supposto isto, devemos buscar outras razões, que não sejam de origem, pera julgarmos em que estã a milhoria de hũa lingoa â outra (Far, 64-64v). com o tempo, e transmigrações dos povos, se vierão a corromper de maneira as palavras, que ja desta primeira lingoa [de Adão] haverã mui poucas no mundo (Far, 63v). esta [hebraica] com o tempo veyo a tamanha corrupção que conserva ja muito pouco de seu bom principio, pois vemos no estado de hoje hũa das imperfeitas do mundo <...>. O mesmo podemos das demais lingoes q̃ tiverão seu principio nos edificadores da torre, por q̃ depois de tãtos seculos, ê mudãças das gêtes, & Monarquias não podião deixar de se corromper, & mudar em outras formas (Far, 64-64v).

o diphtongo, ão, he proprio nosso, & o corrõpemos do om, Frãcez, & Galego, e ã não ha muitos annos acabavão as mais das dicções ã hoje terminamos em, ão, por se pronunciar este diphtõgo por, a, com mais brandura, & suavidade que não por, o. Donde não ficou a lingoa pejorada cõ esta mudança, mas antes com notavel melhoria (Far, 76-76v).

Dessa maneira, a modificação de um aspeto da apologia da língua nacional (passagem do desejo de confirmar a proximidade do latim e do vernáculo ao entendimento das particularidades da língua materna como traços não sujeitos à desaprovação) junto com a recusa da visão hierárquica de línguas incentivam a consideração de câmbios linguísticos como qualidade universal de línguas. Do louvor ou vitupério do vernáculo passa-se ao entendimento objetivo de mudanças como traço geral de línguas, o que significa a etapa inicial da consolidação do conceito científico de mutabilidade, historicidade de língua.

4. Universalização das ideias de linguodidática

A sinopse da universalização de ideias linguísticas nos monumentos portugueses dos sécs. XVI e XVII seria incompleta se não tocássemos o tema de ensino de língua. As obras que se criam com os fins de ensino, editadas no período estudado, descrevem latim (Cavaleiro, Sousa, Clenardo, Resende, Alvares, Roboredo), português (Oliveira, Barros⁴, B. Pereira), tupi (Anchieta, Figueira), canarim (Estêvão); duas gramáticas são descrições contrastivas do latim e do português (Roboredo, F. Pereira). A apologia (estudo do vernáculo), a formação dos conceitos de língua universal e de norma, a tarefa de ensinar línguas estrangeiras com os fins de comunicação, a necessidade do ensino intensivo causam novas atitudes ao ensino. O cume de descrições linguísticas educacionais é a obra de A. de Roboredo. Na sua obra proclamada como gramática universal, *Methodo grammatical para todas as línguas* (1619), ele, primeiro na tradição portuguesa e, talvez, europeia, explícita, 40 anos antes da gramática de Port Royal e um século e meio antes de Verney e de Beauzée, uma elaborada doutrina de ensino, aplicável a todas as línguas. É impossível sobrevalorizar sua significância para a formação das concepções, de gramática universal e de linguodidática. Como o objetivo deste artigo não é o estudo dos

⁴ Embora a gramática de Oliveira não tenha indicações de caráter escolar, foi criada sendo ele professor dos filhos de Barros. Dos fins educacionais da obra de Barros informa Severim de Faria (Far, 32-33).

próprios conceitos linguísticos, mas a demonstração do processo de sua universalização, não pretendemos dar aqui uma pormenorizada análise do conteúdo das concepções da língua universal e da metodologia de ensino, limitando-nos à ilustração de caráter universalista desta na obra de Roboredo.

O autor seiscentista cria todo um conjunto de obras pedagógicas de géneros diferentes: duas gramáticas (Roboredo 1619, 1625), a primeira das quais contém sentenças empregadas como material de exercícios, a edição separada destes microtextos (Roboredo 1623) antecipa a ideia do livro de leitura; dicionário que contém um aparte tratado de derivação, talvez primeiro na linguística europeia (Roboredo 1621). A metodologia de Roboredo, escrupulosamente elaborada, é baseada na doutrina de cognição da escolástica portuguesa (FONSECA, 1965, 51-53), de suas ideias de indução, dedução, sensorialismo, experiência vem a organização dos manuais: grande número de exemplos, paradigmas que amosttram (como vimos em exemplos supracitados) estruturas de formas e diferenças entre o latim e português, emprego de vários tipos de caracteres, sistema de comentários interlineares e marginais, etc. Não são esquecidos aspetos psicológicos: interesse do aluno, importância de louvor, crítica, competição, diálogo entre o professor e o aluno (M., b2v, 83, c4). Roboredo insiste na necessidade de ensinar primeiro a língua materna e só depois outras línguas, não aceita as técnicas de ensino “como se os meninos foram Latinos” (M., b3v), considerando universal esta atitude: “E o que mais podia estimar, he ficar com os princípios comúns para saber facilmente outras línguas” (M., c4v), ensinar estrangeiras aos portugueses e vice-versa: “passar per este Methodo para as outras línguas <...> reduzindo a língua dos Barbaros [...] ao mesmo Methodo [...], cõmunicãdolhes pelo mesmo a nossa” (M., a4v). O desprezo desta prática é a razão da crítica de antecessores, particularmente de Álvares. O racionalismo do método de ensino está determinado pela compreensão da base única e racional da própria gramática, o que demonstram os títulos do *Methodo* e de sua primeira parte, *Grammatica exemplificada na Portuguesa, & Latina* – a gramática aparece como uma abstração que pode ser demonstrada por exemplos de várias línguas concretas. É de notar que a problemática da língua universal está presente nas gramáticas escolares de Roboredo, antecipando o caráter escolar de Port Royal e diferindo o autor português da tradição medieval, onde as ideias da língua universal não aparecem só nos tratados teóricos de modistas. Roboredo expõe, nos manuais de iniciantes, a diferença entre estruturas profundas e superficiais, entre a oração e a frase, pertencentes à gramática e à retórica.

E o que mais podia estimar, he ficar com os princípios comũs para saber facilmente outras linguas (M., c4v). passar per este Methodo para as outras linguas <...> reduzindo a lingua dos Barbaros [...] ao mesmo Methodo [...], cõmunicãdolhes pelo mesmo a nossa (M., a4v). Methodo grammatical para todas as linguas. Consta de tres partes. 1. Grammatica exemplificada na Portuguesa, & Latina. 2. Copia de palavras exemplificada nas Latinas, artificio experimentado para entender Latim em poucos meses. 3. Frase exemplificada na Latina, em que se exercitão as syntaxes ordinarias, & collocação rhetorica <...> (M., título). O Mestre que destas sentenças usar accomodandose aa rudeza dos principiantes, deve ditarlhes, se lhe parecer a tradução vulgar com o numero sobre cada palavra, correspondente ao que levão as Latinas. Porque assi levão no caderno a voz do Mestre para em casa lhes dizer, quando quiserem, a significação das palavras, construção, & frase (M., 80). A Frase pois, que he hũa das propriedades de cada lingua, muitas vezes se não pode interpretar em outra lingua palavra por palavra (M., c). Frase he um particular modo de fallar de cada lingua segundo a pronunciação e ajuntamento de palavras per certa collocação dellas. (M., 182). As palavras da Oração do Grammatico põe o Rhetorico em sitio quase opposto. Porque o Grammatico segue a ordem natural <...>. Porem o Rhetorico como pretende enfeitar esta Oração, colloca as palavras no sitio, que melhor harmonia faz aa orelha: & nesta harmonia consiste seu elegante ornamento, hora alongando, hora abbreviando, hora levando as palavras fora de sua propria significação (M., 203–204). Muitas figuras Ellipses desta maneira, que admite a Latina, não admite a Portuguesa, nem a Castelhana: por tanto, com as palavras, que se hão de supprir, se descobrem defronte as figuras. E per esta via notarás de passagem a differença da frase destas tres linguas (PL., 28). Os numeros de algarismo mostram a ordem dereita da Grammatica em tomar as palavras na explicação Grammatical <...>. A figura Ellipse <...> he mui frequete; a qual pode logo o principiante ir conhecendo per estes numeros. Porque na Sentença em que faltar numero, mostra que neste lugar falta palavra, que se deve suprir de fora para enteirar a Grammatica (M., 81–82). A primeira tradução faz se de tal maneira ao pee da letra; que toda a frase da lingua, que traduzimos, se observa. [...] As palavras são Portuguesas, a frase Latina, A tradução absurda. A segunda tradução he quasi atada aas palavras, na qual a frase da lingua, em que traduzimos se observa não totalmente, mas pela maior parte; e algum tanto se arrasta [...]. Advirte de caminho nestas sentenças, como para o mesmo conceito usa hũa lingua de mais palavras que a outra: e pelo diverso sitio de palavras, e pelo numero de particulas considêra a diversa, e

particular frase de cada hũa. Porque a Portugues, e Castelhana teem articulos a modo dos Gregos, e Preposições de Genitivo, e Dativo, aos quaes articulos, e Preposições não responde a Latina. A terceira tradução he per clausulas guardando cada lingua suas palavras, e frases, e concordando com a outra nas palavras, e frases em que pode concordar. Esta he mais elegante, a qual pede hũa solicita intelligencia assi dos conceitos, como de ambas as linguas. [...] Da quarta [...] respeita sômente o conceito do periodo, quer uses da mesma frase, quer de diversa: hora excluas algũas palavras, hora ajuntes mais. Chamase tradução parafrastica (Roboredo 1623, 23-24).

Das ideias da gramática universal racional decorre a metodologia: o aluno deve entender, com o apoio na língua materna, a correlação entre o significado gramatical da forma ou da construção estrangeira e os meios que possui a língua estrangeira para exprimir este significado, logo aprender os meios característicos. É por isso que Roboredo presta grande atenção a vários tipos de tradução, reconhecendo o papel dela na compreensão de diferenças estruturais e estilísticas dos meios de exprimir o mesmo significado em línguas diferentes, materna e estrangeira:

A primeira tradução faz se de tal maneira ao pee da letra; que toda a frase da lingua, que traduzimos, se observa. [...] As palavras são Portuguesas, a frase Latina, A tradução absurda. A segunda tradução he quasi atada aas palavras, na qual a frase da lingua, em que traduzimos se observa não totalmente, mas pela maior parte; e algum tanto se arrasta [...]. Advirte de caminho nestas sentenças, como para o mesmo conceito usa hũa lingua de mais palavras que a outra: e pelo diverso sitio de palavras, e pelo numero de particulas considéra a diversa, e particular frase de cada hũa. Porque a Portugues, e Castelhana teem articulos a modo dos Gregos, e Preposições de Genitivo, e Dativo, aos quaes articulos, e Preposições não responde a Latina. A terceira tradução he per clausulas guardando cada lingua suas palavras, e frases, e concordando com a outra nas palavras, e frases em que pode concordar. Esta he mais elegante, a qual pede hũa solicita intelligencia assi dos conceitos, como de ambas as linguas. [...] Da quarta [...] respeita sômente o conceito do periodo, quer uses da mesma frase, quer de diversa: hora excluas algũas palavras, hora ajuntes mais. Chamase tradução parafrastica (Roboredo 1623, 23-24).

Atendendo à técnica de ensino, Roboredo elabora planos anuais e mensais, programas de estudo de temas gramaticais e de leitura de textos de vários tipos,

todo um sistema de exercícios de treino (tradução, ditados, composições; treino complexo de vários aspetos: ortografia, morfologia, sintaxe; trabalho de alunos em pares). A etapa final do estudo de cada tema consta da produção textual, oral e escrita: redação de um discurso, carta, poesia (M., c3v, 83; Roboredo 1625, 69). Na *PORTA DE LINGUAS*, que pode servir de protótipo de manual autodidático, Roboredo esboça um género de programa para este tipo de estudos (Roboredo 1623, 22-23).

Desse modo, a ideia de universalismo linguístico fomenta a elaboração de princípios universais de ensino de línguas, próximos à metodologia moderna.

Conclusão

A tradição filológica portuguesa dos sécs. XVI e XVII contribuiu muito à universalização de ideias ligadas com as concepções de apologia, norma, história, linguodidática. Neste processo destacam-se duas etapas. Primeiro, na prática da descrição linguística, elaboram-se noções que são aplicadas a uma língua. Ao limiar do século XVII elas são espalhadas a outras línguas, entendem-se como aplicáveis à LÍNGUA em geral, o que é condição indispensável de sua ulterior consolidação como conceitos linguísticos teóricos da ciência madura.

Lista de abreviaturas

Alv – Alvares, 1572. Anch – Anchieta, 1595. Bar – Barros, 1540. BP – Pereira, 1672. Est – Estêvão, 1640. Far – Faria, 1624. Fig – Figueira, (1621). Gan – Gândavo, 1574. GL – Roboredo, 1625. M. – Roboredo, 1619. N. L – Leão, 1606. N. L, Ort – Leão, 1576. Ol – Oliveira, 1536. PL – Roboredo, 1623. RLL – Roboredo, 1621. Res – Resende, 1540. Sou – Sousa, 1535. Tav – Távora, 1566. Vera – Vera, 1631.

Referências bibliográficas

- ÁLVARES, Manuel. *Emmanuelis Alvari <...> grammatica libri tres*. Olyssipone: Ioannes Barrerius, 1572.
- ANCHIETA, José de. *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do brasil <...>*. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595.
- ASSUNÇÃO, Carlos da Costa; FERNANDES, Gonçalo. *Amaro de Roboredo, gramático e pedagogo português seiscentista, pioneiro na didáctica*

- das línguas e nos estudos linguísticos. Prefácio e Estudo introdutório. In: ROBOREDO, Amaro (1619). *Methodo grammatical para todas as línguas*. Lisboa: Pedro Craesbeck. Edição facsimilada, 2007, p. XI-CII.
- BARROS, João de. *Grammatica da lingua portuguesa*. Dialogo em louvor da nossa linguagem. Olyssipone: Apud Lodovicum Rotorigiũ, 1540.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Babel ou a ruptura do signo*. A gramática e os gramáticos do século XVI. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Historiografia da língua portuguesa: século XVI*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.
- CAVALEIRO, Estêvão. *Nova grammaticae Marie Matris Dei Virginis ars*. Lisboa: Valentim Fernandes, 1516.
- CLENARDO, Nicolau. *Institutiones grammaticae latinae*. Bracara: Sumptibus Guilhermi a Traiecto, 1538.
- COSERIU, Eugenio. Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira. In: OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática. Por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000. p. 29-60.
- COXITO, Amândio. *Lógica, semântica e conhecimento na escolástica pré-renascentista*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981.
- ESTÊVÃO, Tomás. *Arte da lingua Canarim <...>*. Rachol: Collegio de S. Ignacio da Companhia de Jesu, 1640.
- FARIA, Manuel Severim de. *Discursos varios politicos <...>*. Evora: Manoel Carvalho, 1624.
- FERNANDES, Gonçalo. *A Ianua Linguarum dos Jesuítas Irlandeses* (Salamanca, 1611) e *a Porta de Línguas de Amaro de Roboredo* (Lisboa, 1623) In: *Boletim de Estudos Clássicos*. T. 42, 2004, p. 165-181.
- FIGUEIRA, Luis. *Arte da lingua brasilica*. <...>. Lisboa: Manuel da Silva, (1621).
- FONSECA, Pedro. da. *Isagoge filosófica*. Introd., ed. do texto latino e trad. Por Joaquim Ferreira Gomes. Coimbra: 1965.
- GÂNDAVO, Pero Magalhães de. *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da lingua portuguesa com um Dialogo <...> em defensam da mesma lingua*. Lisboa: Antonio Gonsalvez. 1574.
- KOSSARIK, Marina. *La lingüística ibérica en los siglos XVI–XVII y el contexto cultural de la época*. In: *Actas de la II Conferencia de hispanistas de Rusia*. Moscú. 19–23 abril 1999. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores.

2000. On-line: www.hispanismo.cervantes.es/documentos/kossarik.pdf (last access: 09 January 2015).
- KOSSARIK, Marina A. A obra de Amaro de Roboredo. Questões de historiografia linguística portuguesa. In: ROBOREDO, Amaro de. *Methodo Grammatical para todas as Linguas*. Ed. de Marina A. Kossarik. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 2002, p. 7–63.
- KOSSARIK, Marina. A contribuição dos primeiros gramáticos portugueses na formação do cânone gramatical moderno. In: *Revista de Historia [actual História – Revista da FLUP]*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto. Porto, 1990, p. 55-60.
- KOSSARIK, Marina. A doutrina linguística de Amaro de Roboredo. In: *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. T. 2. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1997, p. 429-443.
- KOSSARIK, Marina. A tradição portuguesa no contexto da linguística europeia. In: HEAD, BF, TEIXEIRA, J., LEMOS, A. Sampaio, BARROS, A. Leal de, PEREIRA, A.(orgs.). *História da Língua e História da Gramática*. Actas do Encontro. Braga: Universidade do Minho, 2002, p. 181-203.
- KOSSARIK, Marina. Monumentos Linguísticos Portugueses dos Séculos XVI e XVII. In: *Confluência*, 25 e 26: Instituto de Língua Portuguesa, 2003, p.93-174.
- KOSSARIK, Marina. Questões de fala nas obras linguísticas portuguesas dos séculos XVI e XVII. In: *Veredas*, Revista da Associação Internacional de Lusitanistas, Revista de publicação anual, Nº 4, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2001, p. 295-320.
- LANCELOT, Claude, ARNAULD, Antoine. *Grammaire generale et raisonnée de Port-Royal <...>* Paris: Hachette, 1846.
- LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da lingua portuguesa <...>*. Lisboa: Pedro Graesbeck, 1606.
- LEÃO, Duarte Nunes de. *Orthographia da lingua portuguesa <...>*. Lisboa: João Barreira, 1576.
- LEITE, Marli Quadros. Considerações sobre uso e Norma na Gramática Portuguesa – O *Methodo Grammatical para todas as Linguas* (1619), de Amaro de Roboredo. In: *Filologia e Linguística Portuguesa* 13.2: 2011, p. 337-368.
- OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Germam Galhardo, 1536.
- OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática. Por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

- PEREIRA, Bento. *Ars grammaticae pro lingua Lusitana addiscenda latino idiomate*. Lugduni: Laurentius Anisson, 1672.
- PEREIRA, Bento. *Regras gerays breves & comprehensivas da melhor ortografia <...>*. Lisboa: Domingos Carneiro, 1666.
- PEREIRA, Frutuoso. 1643. *Arte de grammatica latina <...>*. Lisboa: Lourenço de Anueres.
- RESENDE, André de. *L. Andreae Resendii de verboru(m) coniugatione commentarius*. Olissipone: Apud Lodovicũ Rhotorigium, 1540.
- ROBOREDO, Amaro de. *Grammatica latina de Amaro de Roboredo mais breve e fácil que as publicadas até agora na qual precedem os exemplos aas regras <...>*. Lisboa: Antonio Alvares, 1625.
- ROBOREDO, Amaro de. *Methodo grammatical para todas as linguas <...>*. Lisboa: Pedro Graesbeeck, 1619.
- ROBOREDO, Amaro de. *Methodo Grammatical para todas as Linguas*. Ed. de Marina A. Kossarik. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 2002.
- ROBOREDO, Amaro de. *Porta de linguas ou metodo muito accomodado para as entender <...>*. Lisboa: Antonio Alvarez, 1623.
- ROBOREDO, Amaro de. *Raizes da lingua latina mostrados em um tratado e dicionario<...>*. Lisboa: Pedro Graesbeeck, 1621.
- SANCHEZ, Francisco. *Francisci Sanctii Brocensis <...> Minerva: seu de causis linguae latinae. Salmanticae: Renaut, 1587.*
- SANCHEZ, Francisco. *Verae breuesque grammatices latinae institutiones. Salmanticae, 1595.*
- SCHÄFER-PRIEB, Barbara. *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*. Tübingen : Niemeyer, 2000.
- SOUSA, Máximo de. *Institutiones tum lucide, tum compendiose, latinarum literarum, tradite dialogo <...>*. Coimbra: Caenobium Dive Crucis, 1535.
- SWIGGERS, Pierre. *Les études linguistiques romanes des origines jusques’au début du XIXe siècle: les “prémices” de la romanistique*. In: *Manuals of romance linguistics. Manuel des langues romanes*. Éd. Par Andre Klump, Johannes Kramer et Aline Willems. Berlin: de Gruyter, 2014, p. 13–42.
- SWIGGERS, Pierre. *Linguistic Historiography: object, methodology, modelization*. In: *Todas as Letras*, 14.1: São Paulo, 2012, p. 38-53.
- TÁVORA, Francisco de. *Grammatica hebraea novissime <...>*. Conimbricae: Apud Ioanem Aluarum, 1566.

- VERA, Álvaro Ferreira de. *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa <...>. Breves louvores da lingua portuguesa com notáveis exemplos da muita semelhança que tem com a lingua latina*. Lisboa: Mathias Rodriguez, 1631.
- ZWARTJES, Otto. *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800 (= Studies in the History of the Language Sciences, 117)*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2011.
- КОСАРИК, Марина. К проблеме традиции и инновации в истории языкознания. Ренессансная и современная лингвистические парадигмы – связь эпох. In: Вестник МГУ. Серия 9. Филология 5, 1995, p. 104–116. [KOSSARIK, Marina. On the problem of tradition and innovation in the history of linguistic studies. Renaissance and contemporary linguistic paradigms: two epochs' bondage. Moscow State University Bulletin. Series 9. Philology 5, 1995, p. 104–116].
- КОСАРИК, Марина. Описание языковой системы в ранних лингвистических памятниках Португалии. Т. I. Фонетика. Морфемика. Морфология именных частей речи. Москва: МАКС Пресс, 2013. [KOSSARIK, Marina. The description of language system in early Portuguese treatises on language. Vol. I. Phonetics. Morphemics. Morphology of Nominal Parts of Speech. Moscow: MAKS Press, 2013.].
- КОСАРИК, Марина. Социолингвистическая проблематика в ранних португальских сочинениях о языке. Москва: МАКС Пресс, 2013. [KOSSARIK, Marina. Renaissance Portuguese treatises on language: sociolinguistic aspects. Moscow: MAKS Press, 2013.].

Recebido em 17 de agosto de 2015.

Aceito em 31 de outubro de 2015.